

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008
(Do Sr. Edigar Mão Branca)

Veda a cobrança antecipada de diárias ou serviços em hotéis e estabelecimentos congêneres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado aos hotéis, pousadas, estalagens e estabelecimentos congêneres cobrar antecipadamente por diárias ou por outros serviços.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O setor turístico desempenha papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do País. A par de notório gerador de empregos e de renda, detém o peculiar condão de proporcionar postos de trabalho para todos os níveis de formação, oferecendo vagas para especialistas em hotelaria, administração e gastronomia, bem como para a infelizmente ainda expressiva parcela de trabalhadores brasileiros com pouca formação.

Com imenso, porém pouco explorado, potencial turístico, nosso belo País pode espelhar-se em exemplos como o da Espanha e de Portugal que, com planejamento e investimento, tornaram-se potências nesse segmento. A Espanha, hoje o segundo destino preferido no mundo, recebeu em 2007 mais de 58 milhões de turistas. O pequeno Portugal, por sua vez, recebeu no mesmo período, cerca de 12 milhões de turistas, 7 milhões a mais que nosso continental Brasil.

Pensamos que um mecanismo essencial para incentivar o turismo brasileiro – e, conseqüentemente, alavancar suas benéficas repercussões econômicas e sociais – é a estipulação de regras que assegurem o respeito ao consumidor de produtos turísticos. Nesse quadro, um ponto, em especial, merece a atenção desta Casa: a costumeira prática dos meios de hospedagem de exigir o pagamento antecipado de diárias.

A cobrança por algo que ainda não foi prestado ofende injustificadamente, a nosso ver, a seqüência natural das relações de consumo, em que o pagamento deve suceder a execução dos serviços. Lamentavelmente, a pretexto de assegurarem suas reservas, vários hotéis obrigam o consumidor a depositar previamente os valores correspondentes à toda sua estadia. Tal comportamento evidentemente destoa dos preceitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor.

No que toca à paridade de condições, o pagamento antecipado mostra-se iníquo uma vez que dificulta o ressarcimento ou submete o consumidor à perda integral da quantia depositada caso decida abreviar sua estadia com base no descumprimento, por parte do hotel, das condições contratadas. Em relação à liberdade de escolha, o pagamento antecipado resta por desestimular o consumidor a procurar outra hospedagem na hipótese de não ter suas expectativas atendidas.

Para fazer cessar essa prática prejudicial ao consumidor, propomos o presente projeto de lei, que proíbe a cobrança antecipada de diárias ou de outros serviços a serem prestados durante a estadia e, em caso de descumprimento, aproveita o eficiente instrumental sancionador já existente no Código de Defesa do Consumidor.

Submetendo o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa, solicitamos a colaboração dos ilustres Pares para seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado EDIGAR MÃO BRANCA